

EDUCAÇÃO ESPECIAL: LONGA CAMINHADA DE AMOR E LUTA PARA A INCLUSÃO DE SEU FILHO NA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA

Data de aceite: 01/01/2024

Tatiana de Medeiros Santos

Doutora em Educação, Mestre em Educação Popular, Especialista em Educação Infantil, Especialista em Gestão Educacional. É graduada em Pedagogia. Professora do Ensino Superior há 12 anos. É Gestora de uma escola municipal da PMJP Prefeitura Municipal de João Pessoa/João Pessoa/PB, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/4690809269646197>

Fabiana Medeiros Santos

Pedagoga pela UNAVIDA/UVA, Especialista em Supervisão e Orientação, Especialista em Ciências da Linguagem com ênfase em português. Atualmente é docente na primeira fase do Ensino Fundamental da PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa, João Pessoa/PB – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0726893036091934ID>

Ascenilma Alencar Cardoso Marinho

Mestre em Linguística e Ensino pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2015). Graduada em Direito pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESPE (2012). Especialista em Educação da Educação a Distância pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, graduada em Pedagogia pela

Universidade Federal da Paraíba- UFBP (1992). Professora da Faculdade Uninassau (2020). Atualmente coordenadora Pedagógica de uma Escola Ativa Integral no Município de João Pessoa – Paraíba. Experiência na área de Educação com ênfase na Educação Básica, segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Curso Técnico em Gestão, Educação Especial e Gestão Escolar. Prefeitura Municipal de João Pessoa, João Pessoa/PB – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2635784388259789>

Simone Medeiros dos Santos

Graduação em Letras com habilitação em Língua Inglesa pela (UEPB). Especialista em Psicopedagogia (UNIPÊ), também é Especialista em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares (UEPB). É Mestranda em Ciências da Educação pela ESL-Centro Educacional. É professora da rede estadual de Ensino, na ECIT Cicero dos Anjos, em São Vicente do Seridó-PB e é professora do município de São Vicente do Seridó-PB há 10 anos em ambas esferas Prefeitura Municipal de São Vicente do Seridó-PB. Seridó/PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3393271330615143>

María do Socorro Crispim Araújo Furtado Wanderley

Pedagoga, licenciada pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Especialista em Orientação Educacional 1º e 2º Grau e Especialista na disciplina Prática em Sociologia da Educação. Pós-Graduação: Especialização em Psicopedagogia pela Fundação Francisco Mascarenhas. Gestora de uma escola municipal da PMJP Prefeitura Municipal de João Pessoa, João Pessoa/PB – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9467839002985701>

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar e compreender a realidade vivenciada pela mãe de um educando com necessidades especiais (Síndrome de Down) e mostrar a importância da família nesse processo de escolarização e de superação. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica para melhor compreender a temática da Educação Especial no Brasil e da inclusão, também trabalhamos com a entrevista gravada e autorizada para publicação. A pesquisa mostra um breve histórico da Educação Especial no Brasil e discorre sobre a temática da inclusão e por último traz à tona a entrevista com a mãe do educando em questão. Os dados coletados evidenciam a realidade de uma criança que enfrenta a questão da inclusão, mas que apesar das exclusões que vivenciou, este aluno possui uma mãe que zela por práticas inclusivas em seu contexto social e narra ações a serem refletidas no cotidiano escolar e pessoal na vida de cada um que realizará a leitura deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Educação.

SPECIAL EDUCATION: LONG JOURNEY OF LOVE AND STRUGGLE FOR YOUR CHILD'S INCLUSION IN SCHOOL EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to present and understand the reality experienced by the mother of a student with special needs (Down syndrome) and show the importance of the family in this process of schooling and overcoming. The methodology used was bibliographical research to better understand the topic of Special Education in Brazil and inclusion. We also worked with recorded interviews authorized for publication. The research shows a brief history of Special Education in Brazil and discusses the topic of inclusion and finally brings to light the interview with the mother of the student in question. The data collected highlights the reality of a child who faces the issue of inclusion, but despite the exclusions he has experienced, this student has a mother who ensures inclusive practices in his social context and narrates actions to be reflected in his daily school and personal life. in the lives of everyone who will read this article.

KEYWORDS: Special education. Inclusion. Education.

INTRODUÇÃO

Tem se tornado destaque, há mais de duas décadas, o crescimento do número de crianças com deficiência diferenciadas frequentando as escolas. Tal acontecimento se dá como resultado da luta de grupos pelo movimento de inclusão e destacamos algumas conquistas, tais como a Declaração de Salamanca de 1994 e da Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (1996), que consolidam o direito das crianças com deficiências a ter direito a educação básica, sem distinção.

Conhecendo um pouco sobre essa luta e resultados na área da educação, os autores deste artigo decidiram por estudar esta temática a partir do momento em que todos os autores, em instâncias diferentes na área da educação trabalham com a educação especial e defendem que a inclusão deve acontecer de fato nas escolas.

Mediante problemática de conhecer a realidade e dificuldades encontradas para que a inclusão de fato aconteça, os autores deste artigo, tem com a finalidade entender um pouco mais sobre a importância desta temática e o sucesso de uma mãe que não desistiu da educação de seu filho, apesar de ter encontrado muitos obstáculos, ele hoje é estudante do 6º ano Ensino Fundamental – Anos Finais.

Nisto, a trajetória deste artigo se deu em estudar a temática da educação especial no Brasil e trazer o depoimento na prática de como aconteceu à educação escolarizada de uma criança que está no 6º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais. O depoimento é muito emocionante e exemplar, por isso nosso foco foi em colocar o depoimento na íntegra. A relevância desse estudo se dá a partir do momento que pretendemos divulgar essa pesquisa e incentivar muitas mães que estão nesse caminho a lutar pela inclusão de fato de seus filhos na educação escolarizada. OBJETIVO: Apresentar e compreender a realidade vivenciada pela mãe de um educando com deficiência (Trissomia do Cromossomo 21) que atualmente está cursando o 6º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais e mostrar a importância da família nesse processo de escolarização e de superação.

METODOLOGIA

Para a escrita deste artigo, optamos pela pesquisa bibliográfica e para enriquecer o assunto, também se realizou uma entrevista com a mãe do aluno em questão, e decidimos manter o anonimato de ambos, como também optamos por não analisar de modo profundo as respostas dessa mãe, deixando para cada leitor analisar na sua ótica essa voz dotada de sentidos e rica em processos educativos de uma criança especial que foi por muitas vezes incluída no sistema de educação formal, mesmo acontecendo também momentos de exclusão. Apesar das decepções da família, eles não desistiram e na atualidade tem um filho que está cursando o Ensino Fundamental – Anos Finais.

Nesse percurso, trazem-se à tona desafios, possibilidades e reflexões, a serem discutidas, compartilhadas, estudadas para aprofundarmos nos conhecimentos, com aportes bibliográficos sobre Educação Especial e Inclusão na área educacional.

Desse modo, entendemos que ainda há muito a se fazer em nosso Sistema Educacional, para atender aos alunos com deficiência. É preciso lutar para que de fato, em todos os locais haja equidade e qualidade, em um universo plural, cheio de adversidades para que, de fato, se desenvolva um trabalho de forma que aconteça uma aprendizagem mais significativa e a inclusão.

Esta pesquisa justifica-se por tentar entender a trajetória educativa por meio da voz de uma mãe que tem seu filho integrado no Ensino Fundamental - Anos Finais. Desse modo, será por meio da voz da mãe que se dedicou a educação escolar em que apesar das contradições, ela não desiste e deseja que seu filho chegue à universidade. Trata-se de um tema de grande relevância para acadêmicos e estudiosos na área de educação inclusiva. Para tanto, realizamos o seguinte questionamento: Quais foram os desafios que essa mãe encontrou para incluir seu filho na rede regular de ensino?

Desse modo este artigo trilha por caminhos que nos faz entender como foi historicamente desenvolvida a luta por educação especial no Brasil e a inclusão na prática por meio da voz de uma mãe que se dedicou a incluir seu filho na rede regular de ensino.

BREVE EXPLANAÇÃO A RESPEITO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Após pesquisar o contexto da história da Educação Especial no Brasil, percebe-se que por muitos anos, as pessoas que apresentavam deficiência eram vistas por algumas pessoas como anormais e sem condições de seguir em frente em sua vida pessoal e profissional, sendo fadadas ao fracasso. (SANTOS, et al, 2023)

No contexto educacional, percebe-se que por muitos anos a Educação Especial e a inclusão foi alvo de muitas discussões e lutas para que de fato virasse Lei. Percebe-se que a luta pelos direitos das pessoas com necessidades especiais, referente à educação e a inclusão não é recente, vem de um longo processo que envolve questões histórica e política, pois a mesma foi por muito tempo entendida de maneira assistencialista, sem o intuito de se preocupar com o lado educacional do estudante. (SANTOS, et al, 2023)

Nesse contexto, Jannuzzi (2004, p. 67) menciona que até por volta de 1935, neste período:

1. Não houve solução escolar para elas.
2. As conceituações sobre deficiência eram contraditórias e imprecisas, e incorporavam as expectativas sociais do momento histórico em curso.
3. A concepção de deficiência intelectual englobou diversas e variadas crianças, com comportamentos divergentes das normas sociais estabelecidas pela sociedade e então veiculadas nos padrões escolares.
4. A classificação ficou mais ao nível do discurso, e foi aplicada muito pouco em função da descolorização geral predominante.
5. A escassa educação das pessoas com deficiência intelectual neste período representava a síntese dos enfoques e procedimentos primeiramente franceses e posteriormente europeus e norte-americanos.

Em meados do século XIX, começa a se perceber que grandes acontecimentos relacionados ao surgimento de instituições que tivessem o intuito de proporcionar assistência às pessoas com necessidades auditivas e visuais. O Imperial Instituto de Meninos Cego, atual Instituto Benjamin Constant, foi fundado em 1854, na cidade do Rio de Janeiro e no ano de 1857, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. (SANTOS, et al, 2023)

Em 1930, começaram a aparecer instituições que estivessem direcionadas para as pessoas com deficiência mental.

Em relação à educação voltada para a Educação Especial, Rogalski (2023, p.4) relata que:

Após a Segunda Guerra Mundial, devido ao grande número de lesionados, a Europa aproximou-se na área da saúde para este atendimento. No Brasil, os deficientes sempre foram tratados nesta área, porém agora surgem clínicas, serviços de reabilitação psicopedagógicos alguns mais outros menos voltados à educação. Na década de (50) na Dinamarca as associações de pais começaram a rejeitar as escolas especiais do tipo segregadoras e recebeu apoio administrativo incluindo em sua legislação o conceito de normalização o qual consiste em ajudar o deficiente a adquirir condições e os padrões da vida cotidiana o mais próximo possível do "normal introduzindo essa pessoa na sociedade já na década de 70 nos Estados Unidos, ouvia-se falar em inclusão".

Nesse contexto relacionado à guerra, aos heróis que estavam apresentando agora limitações e percebeu-se a necessidade de ajudar essas pessoas por meio de atendimentos especializados que tivessem cuidados com eles, sem deixar de serem as pessoas que eram antes, dos acidentes na guerra. Buscava-se mostrar que eles tinham suas qualidades mesmo frente às suas limitações físicas.

De acordo com Araújo, Santos e Silva (2023, p.6):

A sociedade necessita enxergar a deficiência como uma vírgula e não como um ponto final. Logo, privações todo indivíduo está sujeito a passar o que vai diferenciar a conduta do processo é como o sujeito vai encarar as dificuldades, sejam elas: emocionais, cognitivas, sociais ou físicas. A forma como você se enxerga enquanto ser humano vai determinar a maneira como as pessoas vão te vislumbrar e te ter como um referencial; um exemplo a ser seguido ou simplesmente irão te colocar no mar do esquecimento, e rechearão tal atitude com indiferença, desrespeito, antipatia, resistência e exclusão. Portanto, o limite não pode impor a limitação do seu valor, de sua autoestima e do seu caráter. É essencial trabalhar o psicológico, o autoconhecimento, e exercer a observação dos atos alheios, sendo assim, a falta de uma característica física não deve acorrentar a autoconfiança de nenhum indivíduo. O equilíbrio e a inteligência em administrar as emoções são fundamentais para encarar os desafios diários.

Nesse contexto, passou-se a perceber que as pessoas com deficiências poderiam exercer funções e participar da vida social, sem haver necessidade de exclusão. (NEGREIROS, 2014, p.17).

Em relação à deficiência, Leite (2012, p.51) informa que:

(...) a deficiência em si não torna a pessoa com deficiência incapacitada, mas a sua relação com o ambiente sim. Vale salientar que mesmo com todo esse despertar da sociedade para as pessoas com deficiências, ainda pode-se afirmar que essa luta caminha lentamente rumo a efetivação legal de órgãos especializados para esse tipo de educação. Na história recente da Educação brasileira, temos alguns ganhos que, que apesar de lentamente

ter evoluído, ainda precisamos que sejam de fato colocadas em prática. Em 1961, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), N. 4.024/61 pelo presidente João Goulart, onde este documento regulariza o Sistema de Ensino brasileiro, fundamentando também o atendimento para pessoas com deficiência.

Nos anos 70, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN modificada pela LDB N° 5.692/71 afirma: “(...) ‘tratamento especial’ passou a ‘deficiências físicas, mentais’, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula de ‘superdotados’”. (BRASIL, 71). Sendo assim, na década de 70, as escolas começaram a aceitar os estudantes com deficiências, mas sem método direcionado para os estudantes com deficiências, fazendo assim que se quisessem frequentar a escola tinham que se adequar a aquele ambiente.

Em relação à educação, no Brasil: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1989)

Em 1996, A Lei N° 9.394, tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, confirma-se que:

(...) haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial’. “Também afirma que ‘o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Nos anos 90, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA com o intuito de garantir para as crianças e adolescentes atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. (SANTOS, 2023)

Em 1994, surge a criação da Declaração de Salamanca, que de acordo com Thais Pacievitch (2023, p, 1), relata que:

Como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a Declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central, sobre a qual a Declaração de Salamanca discorre. Na introdução, a Declaração aborda os Direitos humanos e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e aponta os princípios de uma educação especial e de uma pedagogia centrada na criança. Em seguida apresenta propostas, direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial, um novo pensar em educação especial, com orientações para ações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais.

Desse modo, observa-se que a importância da urgência de ser efetivada a inclusão educacional está garantida tanto na Constituição Federal de 1988, como na Lei de Diretrizes e Bases, nº9.394/96, visto que a mesma deve ser vista como elemento formador de nacionalidade.

Em relação à Declaração de Salamanca, ela é considerada:

Um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. (MENEZES, 2001-2023)

O intuito da educação inclusiva é estabelecer a igualdade de possibilidades e oportunidades no âmbito da educação. Assim, a educação inclusiva tem como objetivo principal estabelecer a igualdade de possibilidades e oportunidades no âmbito da educação. A Declaração de Salamanca é um marco na luta por uma educação de qualidade. Possui a defesa de ideias voltadas para uma escola que para existir precisa do comprometimento e investimento dos governos nos Sistemas Educacionais. (BELTHER, 2017, p. 23).

Nesse contexto, independente das diferenças que as pessoas com deficiência tenham, as escolas inclusivas passam a ser aquelas comuns, regulares, que apoiam os estudantes, que respeitem seus ritmos de aprendizagens, que tenham acessibilidade, sem barreiras físicas e interpessoais, independente das diferenças (FERREIRA, 2018). Sendo assim, a inclusão "(...) significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função, que se coloca à disposição do aluno." (NASCIMENTO, 2008, p.42).

Tanto no campo científico, quanto na legislação educacional a inclusão se sustenta em Políticas Públicas vigentes, por leis, que buscam garantir para o estudante com deficiência, matrícula escolar. A inclusão, referente às leis determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º. (2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 2/2001)

Segundo a lei citada acima, a matrícula ao aluno com necessidades especiais deve ser garantida em qualquer lugar do país, e cabe à instituição fazer as adaptações necessárias para o direito de ir e vir (estrutura física) até a formação qualitativa de seu corpo profissional, salas de Atendimento Educacional Especializado -AEE, com o intuito de que a aprendizagem seja garantida.(SANTOS, et al. 2023)

Logo, por intermédio de uma prática inclusiva, o estudante com necessidades especiais tem seu direito garantido para que possa desenvolver suas habilidades que sozinho não conseguiria, tanto na questão da socialização, aprendizagem, leitura e escrita, linguagem, quanto em sua autoestima e para isso é necessário que todos que estão ao seu redor estejam engajados (família e escola) nessa ação inclusiva. Entendendo esse caminho e observando todas essas conquistas das pessoas com necessidades especiais, buscamos entrevistar uma mãe de um pré-adolescente com Trissomia no cromossomo 21), mais conhecida como Síndrome de Down para saber como se deu a trajetória educacional do seu filho o qual pretende chegar ao Ensino Superior.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O foco deste artigo é dar voz a uma mãe que educou o seu filho e cuida para que sua escolarização aconteça de fato. Vamos manter o anonimato de mãe e filho e vamos nos referir a entrevistada como “mãe” e o seu filho, como “filho”. A mãe concedeu a entrevista escrita. Que no segundo momento foi lida por ela e autorizada para publicação. A entrevista aconteceu no dia: 25/10/2023.

De início a pergunta foi: Qual a idade de seu filho e as limitações que ele tem?

Meu filho tem 13 anos. Só descobri que ele tinha uma deficiência depois de alguns dias na maternidade. Ele havia nascido prematuro e precisou ficar na incubadora. Infelizmente a médica pediatra que ficou acompanhado meu filho. A mesma que realizou o parto. Não tinha a menor preparação para abordar uma mãe que teria a notícia que seu filho tinha uma deficiência. Ela foi grosseira. Lembro nitidamente a frase dela. No momento eu estava amamentando meu filho que já se encontrava na UTI semi-intensiva. A médica pediatra chegou, retirou ele do meu seio e disse examinando a criança: - Como você sabe! Seu filho é diferente. Eu mandei o exame para fora. Quando receber confirmará. E aquela pessoa foi embora. Ela estava acompanhada de sua filha pequena. A médica pegou meu filho como se fosse uma mercadoria e mostrou para garotinha que observou como se o meu filho fosse um bichinho. Não lembro o que a médica falou para a criança. Só me lembro da fisionomia delas rindo. Meu esposo e minha mãe já haviam sido avisados pela obstetra. Porém ela havia pedido para eles aguardarem o resultado do exame. Este exame se chama cariótipo e constata se a criança tem ou não T21. Lembro que foi muito difícil. A voz da médica ficou ecoando na minha cabeça. Quando meu esposo voltou para me buscar eu estava atônita.

No depoimento é perceptível, a falta de empatia da médica. Quando na abordagem junto à mãe. Ela claramente não teve formação para comunicar à mãe que o seu filho precisará de cuidados diferenciados no decorrer de sua vida. Percebe-se que a luta para inclusão não se limita a área da educação, ao perceber como essa médica agiu diante de uma mãe que acabou de receber a notícia que seu filho poderia ter T21 ou não.

Na próxima questão, foi questionado: Como você se sentiu quando descobriu que seu filho tinha uma deficiência?

Para mim no primeiro momento foi muito difícil. Passei mal, tive um pico de pressão e fui parar no hospital. Pois, a forma que me foi passada a notícia promoveu muita angústia. Algum tempinho depois ainda no hospital comecei a pensar no meu pequeno. Lembro que meu esposo começou a me dizer o que sabia e fui me acalmando. Choramos juntos e voltamos para o hospital. Pois precisava amamentar meu filho. Não me lembro de muita coisa. Foram momentos de medo e apreensão. Mas retornei e lá estava aquele bebezinho lindo me esperando. Tivemos dúvidas de como dar a notícias ao resto da família. Mas quando se tem fé às coisas acontecem. Fomos contando aos nossos familiares e a cada comunicação parece que o mundo ficava mais colorido. Ter um filho com Síndrome de Down era apenas algo diferente.

Percebe-se a descoberta da deficiência e limitações do filho, que se deu na convivência diária, e a partir do conhecimento passam por um processo de desconstrução e construção, para essa realidade.

Outra pergunta realizada foi: Como foi a escolarização de seu filho?

Meu filho ingressou na Educação Infantil com três anos de idade em uma escola regular da rede privada. O Colégio Primeiro Mundo. Durante a Educação Infantil ele teve uma auxiliar de sala além da professora. Como qualquer outra criança. Não tivemos qualquer problema com a inclusão de Lucas nessa escola. Na qual ele estudou até o período da Pandemia do Coronavírus. Concluiu o 4º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. A diretora e toda a equipe escolar acolheram meu filho com muito respeito e profissionalismo. Ele foi gradativamente ampliando suas habilidades cognitivas e de relacionamento. Participava de todos os eventos da escola.

É perceptível o contentamento da mãe com a primeira escola, de modo geral, em relação à inclusão de seu filho.

Além da escola, o seu filho precisou de algum tratamento de saúde ou para estimular a aprendizagem dele?

Além da escola regular, desde os seis meses de idade, ele faz estimulação precoce com fisioterapeutas, fonoaudióloga, psicopedagoga, psicomotricista, terapeuta ocupacional, natação e atualmente com psicóloga também. Dentre neurologistas, cardiologistas e geneticista. Todos esses profissionais dando suporte para o desenvolvimento de seu processo de aprendizagem. Pois em virtude da hipotonia devido ao T21. São necessárias atividades para fortalecimento do tônus muscular. Durante algum tempo tive o apoio de uma psicopedagoga que auxiliava na adaptação do material escolar, depois eu mesma fiquei fazendo e atualmente a adaptação é realizada parcialmente pela escola que meu filho estuda. O Colégio AZ. Nesta instituição ele também tem o apoio de um mediador, sem custo adicional para mim. Conforme preceitua a legislação.

É notório que a família, mas especificamente a mãe tomou todos os cuidados necessários, tanto para a saúde de seu filho, como para desenvolver a aprendizagem do mesmo.

Como ocorreu a alfabetização de seu filho?

O processo de alfabetização foi cheio de percalços. Pois a maior dificuldade que presenciei era como os profissionais tinham dificuldade de desenvolver as atividades com meu filho. Escutei em alguns momentos os professores me dizerem que não sabiam como trabalhar com ele ou que talvez ele não conseguisse ser alfabetizado. Mas quando o professor tratava meu filho como um estudante que tem limitações e habilidades o processo fluía com muitas conquistas. Acredito que toda criança com ou sem deficiência tem seu ritmo de aprendizagem e cabe ao professor acreditar primeiramente e depois ter conhecimento dos métodos de alfabetização. É crucial acreditar que aquele indivíduo tem potencial. Meu filho sente quando o subestimam. Vejo que ele interage bem na escola e vem evoluindo diariamente. Hoje no 6º ano ele é um leitor sem fluência. Ainda com muitas dificuldades de escrita. Dominam as operações com adição e subtração com apoio de material concreto. Quanto aos conceitos subjetivos que não fazem parte de seu contexto ele apresenta dificuldade de assimilar. Tem excelentes habilidades com manuseio de tecnologias, defende suas ideias através da oralidade com muita clareza. Ele tem conhecimento de sua rotina escolar e terapêutica. Conhece a função social dos números, ou seja, reconhece horas, identifica dias da semana, meses do ano, datas, faz relação quantidade número. E tem domínio de muitos conceitos necessários para sua inserção na sociedade. Meu filho acorda diariamente para ir para escola muito motivado. Dizendo que é um aluno exemplar. Vislumbro sim ele sendo universitário. Atualmente, ele se expressa muito bem. Tem vários conceitos assimilados e os utilizam em sua vida prática.

Finalizando a entrevista, merece destaque que essa é uma mãe que levou a sério a escolarização de seu filho, e que apesar dos percalços ressalta que levam a sério a importância do processo de escolarização dessa criança e o mais perceptível ainda é a sensação da vitória, de que estão no caminho certo para tudo acontecer dentro das possibilidades de seu filho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale salientar, que ao trazer à tona a história da Educação Especial no Brasil e na Educação Inclusiva ao longo do tempo, percebe-se muita luta em prol desse público-alvo, alunos com deficiências que nos últimos tempos tem um vasto e crescente público. Mesmo com a implantação de diversas políticas públicas referentes à Educação Inclusiva, até os dias atuais persistem os desafios para os profissionais envolvidos no processo da escola inclusiva. Nessa perspectiva apresentou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto em questão e logo em seguida a entrevista com a mãe de um filho com Trissomia no cromossomo 21 que chegou ao 6º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais. Foi possível conhecer algumas conquistas garantidas pela legislação brasileira, mas percebemos que foi com a Declaração de Salamanca, em 1994, que esta proposta ganhou ainda mais força e a Educação Especial, tendo o seu papel redimensionado, sendo proposta a inclusão de fato nas escolas, além de uma transformação na estrutura física. Para isso acontecer foi preciso realizar mudanças no Projeto Pedagógico das escolas, na avaliação, no currículo,

na metodologia, essa que perpassa pelo professor mediador de todo processo. Essa pesquisa trouxe à tona a trajetória de uma família que lutou para incluir o filho na educação escolarizada. Entendeu-se que a escola inclusiva, apesar de ter uma legislação que garanta a inclusão, em nossa sociedade, de modo geral ainda precisa de muitas reflexões e discussões para que a mesma de fato aconteça. Percebesse também que existem escolas que promoveram a inclusão e que é notável o empenho por parte da equipe de professores e coordenadores, no qual esse aluno foi de fato aceito. Assim, também é perceptível que essa mãe e filho, juntos lutaram para ver essa inclusão acontecer e venceram os desafios da exclusão.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina; **A. Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental.** Brasília: MEC, SEESP, 2006. BELTHER, Josilda Maria. Educação Especial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRASIL - Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1998. Educação e Interdisciplinaridade: Teoria e prática - Volume 3 Capítulo 3 40 BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, 5.962, 11 de agosto de 1971. Ministério da Educação. Brasília, 1971.

BRASIL. Educação inclusiva: v.3: a escola. Brasília: MEC/Seesp, 2004. Acesso em: 8 de maio 2019. BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

FERREIRA, Felipe. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: quais os pilares e o que a escola precisa fazer.** Atualizado em: 29 de agosto de 2018. Acesso em: 2 jun. 2019.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. ed. Campinas.

LEITE, Flavia Piva Almeida. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: amplitude conceitual. **Revista de Direito Brasileira.** Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 31-53, jul/dez 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Declaração de Salamanca.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 27 out 2023.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira Do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Caderno Temático Londrina. 2008 – Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE – do Governo do Estado do Paraná. Disponível em: . Acesso em: 11 jan. 2018.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

RANGEL, Fabiana Alvarenga; GOMES, Márcia de Oliveira. Da fundação e dos primórdios das primeiras instituições especializadas públicas no Brasil. In. **Revista Educação Especial em Debate**. Vitória - ES. A.1, V.1, N.2. (p.55 a 73.)

TAHAN, Adalgisa Pires Falcão. A universalidade dos direitos humanos. In: **Estudos e debates em Direitos Humanos**. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; CAMPELO (COORD), Livia Gaigher Bósio (ORG). São Paulo: Letras Jurídicas, v. 2, 2012.

PACIEVITCH, Thais. **Declaração de Salamanca**, Disponível em:<https://www.infoescola.com/educacao/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 27-10-2023.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial**. Disponível em: https://www.passofundo.ideau.com.br/wp-content/files_mf/eca97c3f3c5bda644479e4_c6a858f556168_1.pdf. Acesso em: 27-10-2023.

SANTOS, Érica Neves dos; ARAÚJO, Mosely Grego Figueirôa; SILVA, José Renato da. **A deficiência física não é o limite**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA110_ID2752_29072021162027.pdf. Acesso em 27 out 2023.